

Novato garante apoio ao recesso

"Acho que já temos apoio da maioria para colocar praticamente em recesso os plenários da Câmara e do Senado durante o funcionamento da Constituinte, a julgar pela manifestação dos deputados novos que estão chegando", comentou ontem, otimista, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga.

Pela avaliação do líder, a tese — que já parecia sepultada diante da insistência dos senadores eleitos em 82 em favor da manutenção em funcionamento da Câmara e do Senado — está crescendo no Congresso e poderá ser vitoriosa.

Domingo passado, o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, almoçava em casa, de amigos quando soube da articulação que deputados eleitos pela primeira vez, agora em novembro, junto a outros antigos na Câmara, estavam promovendo com vistas a ressuscitar sua proposta de emenda constitucional que pretendia constituir uma comissão de deputados e senadores que se encarregariam da legislação ordinária enquanto a Assembleia Nacional Constituinte estiver reunida. "Acho deficit, embora torça para que isso aconteça", observou Ulysses.

O presidente da Câmara não conseguiu dimensionar a extensão dos apoios à tese que norteou a sua pro-

posta de emenda derrotada antes do início do recesso parlamentar em dezembro passado. Da mesma forma, menosprezou a capacidade de articulação dos novos parlamentares — que na Câmara representam mais de 60% —, preferindo manter seu comportamento habitual de deliberar auscultando apenas o estamento partidário ou parlamentar em detrimento das bases do universo em questão.

Pois foi exatamente de um núcleo de deputados de primeiro mandato que veio o apoio a sua ideia básica de limitar a atuação dos trabalhos da Câmara e do Senado no sentido de priorizar a Constituinte. A medida, além disso, tira Ulysses Guimarães de um embaraço que vem desgastando sua imagem perante a opinião pública e a classe política: a acumulação de cargos.

Desde dezembro passado, o deputado eleito pelo PMDB gaúcho, jornalista Antônio Brito e outros parlamentares de seu estado resolveram discutir entre si suas preocupações em relação à Constituinte. Das várias reuniões que mantiveram desde então, surgiu um documento da bancada peemedebista do Rio Grande do Sul, tornado público na semana passada. Suas propostas visam basicamente garantir a soberania da Constituinte através do não funcionamento do Con-

gresso durante a elaboração da nova Carta Magna e a permitir a ampla participação da sociedade e dos constituintes no processo que começa a se desenvolver a partir de 1º de fevereiro.

Após a divulgação do documento da bancada gaúcha, outros parlamentares começaram a aderir à proposta. Os gaúchos foram procurados por paulistas, mineiros, goianos, pernambucanos e outros, interessados em dar sequência à tese inicialmente sugerida por Ulysses Guimarães. O resultado é que agora o presidente da Câmara está mais próximo do que nunca de ver aprovada a sua ideia.

O anteprojeto de regimento para a Constituinte que vem sendo elaborado pelos deputados Prisco Vianna (BA), Euclides Scalco (PR) e Carlos Sant'Anna (BA) é apenas um ponto de partida para a discussão que se estabelecerá sobre a questão. Mesmo dentro do PMDB já surgem vozes contrárias a várias das sugestões divulgadas pela equipe, como a do próprio Antônio Brito. Ele é favorável à criação da grande comissão a cargo de quem ficaria o estabelecimento dos dispositivos da nova Constituição para posterior deliberação do plenário, mas defende o funcionamento paralelo de comissões setoriais.